



19,99% já! Reposição emergencial linear (para todos e todas)

Não há tempo a perder. Depois de vários anos com salário congelado só temos até abril (por causa do ano eleitoral) para conquistar alguma reposição emergencial que nos traga alívio financeiro.

A última negociação foi em 2015, gestão Dilma Rousseff. Depois disso, com Temer e Bolsonaro, nada!

O índice para repor a inflação dos três anos de Bolsonaro é de 19,99%, conforme documento já protocolado no Ministério da Economia, com pedido de abertura imediata de negociação.

É urgente porque a próxima possibilidade de reposição salarial é somente em 2024 (pela legislação, um governo em fim de mandato não pode deixar reajuste pendente para o primeiro ano do mandato seguinte).

É urgente porque, em 2021, nossos salários perderam 10,06% (inflação medida pelo IPCA): a gasolina aumentou 47%, a energia elétrica 20%, o gás de cozinha 36%, o macarrão 12%, o tomate 19%, etanol 62%!

Dinheiro tem...

Bolsonaro sancionou a lei orçamentária de 2022 cortando quase 1 bilhão do INSS e reservando míseros 1,7 bilhão para reposição de perdas com a intenção de beneficiar apenas três categorias: "salvar três ou vai todo mundo sofrer?".

Sofrendo, "todo mundo" já está, os servidores e os demais trabalhadores, todos com salário archoado. Bolsonaro "esqueceu" que nesse orçamento tem 37,6 bilhões para emendas parlamentares, das quais 16,5 estão no "orçamento secreto"! Tem também 1,9 trilhão para refinanciamento da dívida (banqueiros). Além disso, em 2021, a arrecadação aumentou 17,35%!

...e a lei permite!

Além de a reposição anual das perdas inflacionárias para todas as categorias estar prevista na Constituição (art. 37), a lei eleitoral também autoriza a medida neste ano, desde que não ultrapasse a recomposição das perdas do poder aquisitivo, ou seja, exatamente o que estamos pleiteando.

Só não virá a reposição se o governo não quiser!

Nossa força é nossa união. Na campanha de 2021 contra a PEC 32 a unidade das três esferas do funcionalismo mais as centrais sindicais, conseguiu, até agora, impedir a privatização-destruição dos serviços públicos.

A pandemia escancarou, para quem ainda tinha dúvidas, que o Brasil não pode existir e progredir como nação independente e soberana sem os serviços públicos, sem políticas sociais.

As enchentes na Bahia e Minas Gerais, o desmatamento, a ruptura de barragens, Mariana e Brumadinho, não são meros "acidentes naturais". São resultado da privatização e da falta de trabalhadores do serviço público, falta de fiscalização, falta de políticas públicas!

A indignação de parte da imprensa contra a recomposição dos servidores é seletiva: não ligam a mínima para o fato de que em meio à pandemia e à crise econômica surgiram 40 novos bilionários no Brasil e o lucro dos Bancos subiu como foguete. Essa concentração de renda criminosa é que tem que ser combatida.

Nossa próxima ação unificada será em 2 de fevereiro, reabertura do ano legislativo.

Como na campanha da PEC 32, é essencial a mobilização em cada município do país. Faixas, panfletagens, assembleias, dia 2, em todo o Brasil, sempre respeitando as regras sanitárias em virtude da pandemia.

Em Brasília, uma manifestação simbólica, com representantes das organizações sindicais vai "lembrar" o governo, o judiciário e o Congresso que continuamos na luta para derrotar definitivamente a PEC 32 e exigimos negociação já para discutir a reposição emergencial!

Fonte: Condesf



Desemprego cai para 11,6%, mas empregos são precários e salários são baixos

Com o aumento dos empregos sem carteira assinada e do trabalho por conta própria, portanto sem direitos como férias, 13º salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a taxa de desemprego no trimestre do trimestre móvel de setembro a novembro de 2021 caiu para 11,6%, atingindo 12,4 milhões de brasileiros.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta sexta-feira (28), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O arrocho salarial – em 2021, quase metade das negociações salariais ficou abaixo da inflação – e as novas vagas com salários mais baixos, contribuíram para a queda do rendimento real dos trabalhadores (-4,5%) em relação ao trimestre anterior, para R\$ 2.444. É o menor rendimento da série histórica do IBGE iniciada em 2012, revela a pesquisa.

A precariedade dos empregos também aparece nos dados relacionados ao número de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado, que subiu 7,4% e atinge 12,2 milhões de pessoas em relação ao trimestre anterior.

O mesmo acontece em relação aos de trabalhadores por conta própria, que cresceu 2,3% (mais 588 mil pessoas) e atinge 25,8 milhões de brasileiros. A comparação anual revela um aumento ainda maior dos sem direito que tiveram de se virar para

conseguir renda, 14,3% (3,2 milhões de pessoas trabalham por conta própria).

Já a população subutilizada, pessoas que gostariam de trabalhar mais horas e não conseguem, de 29,1 milhões de trabalhadores, diminuiu 7,1% (menos 2,2 milhões de pessoas) frente ao trimestre anterior (31,3 milhões de pessoas) e 11% (menos 3,6 milhões de pessoas) no confronto com igual trimestre de 2020 (32,7 milhões de pessoas subutilizadas).

A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas (7,6 milhões) também caiu 2,7% ante o trimestre anterior (redução de 214 mil pessoas) e subiu 11,7% no ano (6,8 milhões de pessoas).

A população fora da força de trabalho – pessoas ocupadas e desocupadas –, de 64,8 milhões de pessoas, recuou 2,0% (menos 1,3 milhão de pessoas) ante o trimestre anterior e caiu 6,7% no ano (menos 4,6 milhões de pessoas).

A população desalentada (4,9 milhões de pessoas) caiu 6,8% (menos 356 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e reduziu 14,4% (menos 819 mil pessoas) frente a igual período de 2020.

A taxa de informalidade foi de 40,6% da população ocupada, ou 38,6 milhões de trabalhadores informais. No trimestre de julho a agosto, a taxa havia sido 40,6% e, no mesmo trimestre de 2020, 38,7%.

Fonte: CUT

ELEIÇÕES 2022

Período para inscrição de chapas se encerram no próximo dia 02 de fevereiro

Até o próximo dia 02 de fevereiro de 2022, a Comissão Eleitoral que coordena a eleição do Sindsep/MA, estará realizando o pedido de registro das chapas que pretendem concorrer ao pleito para a nova Direção e Conselho Fiscal para o triênio de 2022 a 2025.

As podem ser inscritas na sede da entidade, no bairro do Monte Castelo, no horário de 08 às 12h e das 14 às 18h.

Poderão se candidatar ao pleito os servidores ativos e aposentados que estejam em dias com suas responsabilidades estatutárias, e que obedeçam ao tempo mínimo de 3 meses de filiação à entidade.

A votação para a nova Direção e Conselho Fiscal do Sindsep/MA acontecerá nos dias 23, 24 e 25 de março de 2022.